

Transações com partes Relacionadas e Outras

1. *Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas¹ e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.*

As transações efetuadas pela APSS com partes relacionadas decorrem da própria legislação, no caso do IMT e da DGRM, e da qualidade de sócio fundador, no caso da APP, conforme previsto nos estatutos da mesma. Assim, o controlo destas transações resulta do acompanhamento quer da atualização da legislação, quer da atividade desenvolvida pela APP.

IMT e DGRM

Em 2012, e em consequência da extinção do IPTM, foram publicados os Decretos-Lei n.º 236 e 237/2012, de 31 de outubro, que determinam que são receitas próprias do IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes e da DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, até, respetivamente, 2% e 3% das receitas de exploração de cada porto integrado em administração portuária, a fixar anualmente por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, no caso do primeiro, e das áreas das finanças e do mar, no caso da segunda.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro, no seu artigo n.º 32 refere que o IMT é objeto de reestruturação, sucedendo-lhe a AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes nas suas atribuições em matéria de regulação, de promoção e defesa da concorrência no âmbito dos transportes terrestres, fluviais e marítimos, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto. E, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 32.º dos estatutos da AMT, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio, constitui receita da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) o produto da aplicação de um coeficiente até 2 % sobre as receitas de exploração, redominado taxa de regulação das infraestruturas portuárias, a receber de cada porto integrado em administração portuária, a qual é fixada anualmente por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Consequentemente identifica-se como “transação relevante” a transferência de 3% dos proveitos registados na conta 72, “Prestação de Serviços”, excluindo a receita do serviço de pilotagem, efetuada durante o ano de 2016 para a DGRM e suportada na Portaria n.º 342/2015, de 12 de outubro, uma vez que não foi publicada nova portaria no exercício em análise.

Também se considera “transação relevante” a verba entregue à AMT – Autoridade da Mobilidade Terrestre, correspondente a 2% dos rendimentos registados na conta 72, “Prestação de Serviços”, excluindo a receita do serviço de pilotagem, fixada para o ano de 2016, através do Despacho n.º 11317/2016.

APP

Nos termos dos seus estatutos, a APP – Associação dos Portos de Portugal tem, como sócios fundadores, as administrações portuárias e como objeto “assegurar a defesa e promoção dos interesses dos seus associados e contribuir para o desenvolvimento e modernização do sistema portuário nacional”. Os recursos financeiros da associação são, entre outros, as contribuições dos sócios.

¹ Para efeitos do conceito de parte relacionada tenha-se em conta o que se encontra definido na NCRF 5 (Norma contabilística e de relato financeiro 5. Divulgações de Partes Relacionadas), e também no n.º 4 do artigo 63.º do CIRC (CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS).

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

Em matéria de aquisição de bens e serviços, a APSS adotou o Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as devidas atualizações.

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

Não se verificaram transações que não tenham ocorrido em condições de mercado.

c) Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Não se registaram transações de valor superior a 1 milhão de Euros e que representassem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.